

**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 0298885/2018****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2018****Sistema de Registro de Preços**

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA – TJRR torna público para conhecimento dos interessados que fará licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço, nas condições estabelecidas neste Edital, a serem regidas pela Lei n.º 10.520/2002, pela LC n.º 123/2006, pelas Resoluções TJRR n.ºs 026/2006, 015/2013 e 08/2015 e, subsidiariamente, pela Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 05/2017 e pela Lei n.º 8.666/1993, conforme consta nos autos do Procedimento Administrativo TJRR n.º 0007653-40.2016.8.23.8000.

**DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:****DATA:** 15/03/2018**HORÁRIO:** 10h30min (horário de Brasília)**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)**CÓDIGO UASG:** 925480**1.DO OBJETO**

1.1. O objeto desta licitação é a Formação de Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada em telecomunicações, que possua outorga da ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações para prestação de serviço, de natureza continuada, de Telefonia Móvel Pessoal (SMP), na modalidade LOCAL (VC1), com internet móvel ilimitada (3G/4G) e com os respectivos SIMCARDS 3G/4G, com a disponibilização das estações móveis (aparelhos) em regime de COMODATO para atender às necessidades do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, conforme as especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência nº 07/2018 - Anexo I deste Edital.

**2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

2.1. O valor máximo desta licitação, para registro de preços, corresponde ao montante de **R\$ 552.240,00** (quinhentos e cinquenta e dois mil duzentos e quarenta reais).

**3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste **Pregão** os interessados que estiverem previamente credenciados perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

3.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste **Pregão** deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

3.1.2. O uso da senha de acesso pela **licitante** é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TJRR responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**3.2. Não será admitida a participação de empresas:**

- a) cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;
- b) suspensas de participar de licitações ou impedidas de licitar e contratar com o Tribunal de Justiça de Roraima, durante o prazo da sanção aplicada;
- c) declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação;
- d) proibidas de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98, ou nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
- e) com quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/93;
- f) reunidas em consórcio, qualquer que seja a forma de sua constituição;
- g) em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial;
- h) estrangeiras não autorizadas a funcionar no país.

3.3. É defeso ao servidor público transacionar com o TJRR diretamente ou como representante, procurador ou intermediário na forma do art. 117, X e XI da Lei nº 8.112/90 e do art. 110, X, XIII e XIV da LC Estadual nº 053/2001, ou de outra lei estadual ou municipal que proíba a participação de servidor que exerça gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, ou exerça o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.

**4. DA VISTORIA**

4.1. Não se exigirá que a **licitante** realize vistoria no local de realização dos serviços.

**5. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

5.1. Os interessados poderão **impugnar** as especificações técnicas, condições ou exigências previstas neste edital, por eventual violação à disposição legal, através de petição devidamente instruída, fundamentada e encaminhada ao **Pregoeiro**, por meio eletrônico - email: [subsecretaria.compras@tjrr.jus.br](mailto:subsecretaria.compras@tjrr.jus.br) ou entregues na Subsecretaria de Compras, localizada no **Prédio Administrativo do TJRR, na Avenida Cap. Ene Garcez n.º 1696, 3º Piso, Sala 335, Bairro São Francisco, na Cidade de Boa Vista – CEP 69.305-135**, em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

5.2. Qualquer dúvida existente sobre os termos do edital poderá ser objeto de pedido de **esclarecimento**, por escrito, ao **Pregoeiro**, em até 03 (três) dias úteis anteriores à data de abertura do certame, seguindo os mesmos trâmites do subitem anterior (e-mail ou entregues na Subsecretaria de Compras).

5.3. Os pedidos de esclarecimentos e de impugnação deverão conter, no mínimo:

- a) o número desta licitação, CNPJ/CPF, razão social, endereço completo, nome completo do representante legal/funcionário ou interessado subscritor do pedido e o e-mail para resposta;
- b) a exposição da dúvida para o correto entendimento das regras do edital, ou a indicação do item, cláusula ou condição do edital que pretenda questionar, devendo, neste caso, vir acompanhada das razões da impugnação.

5.4. O Pregoeiro decidirá sobre as impugnações e os esclarecimentos.

5.5. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

5.6. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para ciência dos interessados.

## 6. DA PROPOSTA

6.1. A **licitante** deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

6.2. A **licitante** deverá consignar, expressamente no sistema eletrônico, o valor unitário ofertado para cada item, já considerados e inclusos no valor apresentado todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

6.4. A **licitante** deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

6.5. A **licitante** deverá declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

6.6. A **licitante** deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

6.7. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

6.8. Qualquer elemento que possa identificar a **licitante** importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

6.9. Até a abertura da sessão, a **licitante** poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

6.10. As propostas terão validade de no mínimo 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

6.11. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a **licitante** às sanções previstas neste Edital.

## 7. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

7.1. A abertura da sessão pública deste **Pregão**, conduzida pelo **Pregoeiro**, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

7.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o **Pregoeiro** e as **licitantes** ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

7.3. Cabe a **licitante** acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do **Pregão**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

## 8. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1. No horário previsto para a abertura das propostas, o **Pregoeiro** verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com as especificações e as condições estabelecidas no Edital.

8.2. A análise de preços superiores aos previstos no Termo de Referência - Anexo I do edital será realizada após a fase de lances.

8.3. Somente as **licitantes** com propostas classificadas participarão da fase de lances.

## 9. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.

9.2. A **licitante** somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

9.3. Durante o transcurso da sessão, as **licitantes** serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

9.4. Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.

9.5. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da **licitante**, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

9.6. Durante a fase de lances, o **Pregoeiro** poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja, de plano, manifestamente inexequível.

9.7. Se ocorrer a desconexão do **Pregoeiro** no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às **licitantes**, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.7. No caso de a desconexão do **Pregoeiro** persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do **Pregão** será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

9.8. O encerramento da etapa de lances será decidido pelo **Pregoeiro**, que informará, com antecedência de 1 (um) a 10 (dez) minutos, o prazo para início do tempo de iminência.

9.10. Decorrido o prazo fixado pelo **Pregoeiro**, o sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a fase de lances.

## 10. DO BENEFÍCIO AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

10.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

10.1.1. a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor máximo para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste **Pregão**;

10.1.2. não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará as **licitantes** remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

10.1.3. no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

10.1.4. a empresa convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

10.2. Não ocorrendo adjudicação, nos termos previstos no subitem 10.1, o objeto licitado será adjudicado em favor da **licitante** detentora da proposta originalmente melhor classificada, se houver compatibilidade de preço com o valor de referência e a **licitante** for considerada habilitada.

## 11. DA NEGOCIAÇÃO

**11.1. O Pregoeiro** poderá encaminhar contraproposta diretamente a **licitante** que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor máximo para a contratação.

**11.1.1.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais **licitantes**.

## **12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINAL E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**12.1. A licitante** classificada provisoriamente em primeiro lugar, no prazo de 3 (três) horas, se outro não for fixado, contados da convocação efetuada pelo **Pregoeiro**, por meio da opção "Enviar Anexo" no sistema, deverá encaminhar:

- a) a sua proposta, em PDF, ajustada ao último lance, **conforme modelo - Anexo II do Edital**, devidamente preenchida de acordo com as especificações do Termo de Referência;
- b) os documentos de habilitação solicitados neste edital;
- c) a Declaração Antinepotismo, **conforme modelo - Anexo III** deste Edital; e
- d) outorga da ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações para prestação do serviço de telefonia móvel pessoal.

**12.1.1.** Excepcionalmente, será admitido o envio da documentação solicitada no item anterior através do e-mail: subsecretaria.compras@tjrr.jus.br, desde que devidamente comprovada a inviabilidade de envio por meio do sistema.

**12.2.** Os documentos remetidos por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema Comprasnet poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo **Pregoeiro**.

**12.2.1.** Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à **Subsecretaria de Compras** localizada no **Prédio Administrativo do TJRR, na Avenida Cap. Ene Garcez, n.º 1696, 3º Piso, Sala 335, Bairro São Francisco, na Cidade de Boa Vista – CEP 69.305-135**, em prazo a ser estabelecido pelo **Pregoeiro**.

**12.3. A licitante** que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação exigida nos subitens anteriores ou qualquer documentação complementar solicitada pelo **Pregoeiro**, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

## **13. DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DA PROPOSTA**

**13.1. O Pregoeiro** examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor máximo fixado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

**13.1.1. O Pregoeiro** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do TJRR ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

**13.1.2.** Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

### **13.2. Deverá constar na proposta:**

- a) a individualização da **licitante**, com razão social, CNPJ, endereço completo, telefone, indicação de endereço eletrônico (*e-mail*), dados bancários (nome do banco, números da conta corrente e da agência) e assinatura do representante legal da **licitante**;
- b) a descrição clara do objeto cotado e demais especificações, conforme o Termo de Referência - Anexo I do edital;
- c) indicação única de preço em reais, com exibição dos valores unitário e total com duas casas decimais em algarismos; e
- d) sempre quando for possível, índices, folhas numeradas e timbradas com o nome, logotipo ou logomarca da **licitante**, a fim de garantir a integridade da documentação e da proposta.

**13.3.** Não será admitida a proposta manifestamente inexequível, assim considerada aquela que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria licitante, para os quais ela renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração e que não venha a ser demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os preços ofertados são coerentes com os de mercado ou suficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação.

**13.3.1.** Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, o **Pregoeiro** solicitará a arrematante a comprovação da exequibilidade, podendo ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do art. 43 da Lei n.º 8.666/93, podendo adotar, dentre outros, os procedimentos enumerados no § 3º, do art. 33, da Resolução do TJRR n.º 15 de 2013.

**13.3.2.** Quando a licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexequibilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.

### **13.4. Não será aceita e será desclassificada a proposta:**

- a) que não comprovar a sua exequibilidade, quando solicitada pelo **Pregoeiro**;
- b) que apresentar valores unitários ou global superiores aos preços indicados pelo TJRR;
- c) que não for redigida (digitada ou datilografada) no idioma nacional, estiver ilegível, contenha rasuras, ou outros defeitos capazes de dificultar o julgamento;
- d) com ilegalidades, ou vícios, omissões e irregularidades insanáveis;
- e) que não forem corrigidas as irregularidades ou falhas sanáveis apontadas pelo **Pregoeiro**;
- f) que estiver em desacordo com as condições e especificações do objeto previstas neste edital;

**13.4.1.** Erros no preenchimento da planilha não são motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que o valor global da proposta é suficiente para arcar com todos os custos da contratação.

### **13.5. O critério adotado para julgamento da proposta será o de menor preço global.**

**13.6.** Todas as especificações do objeto, o preço e demais condições ofertadas na proposta vencedora vinculam a **licitante**.

**13.7.** Se a proposta não for aceitável ou se a **licitante** deixar de enviar a documentação exigida, o **Pregoeiro** examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este edital.

## **14. DA HABILITAÇÃO**

**14.1. A habilitação dos licitantes** será verificada por meio do SICAF (habilitação parcial) e da documentação complementar especificada no subitem 14.2 deste edital, de acordo com os arts. 27 a 33 da Lei n.º 8.666/93.

**14.1.1.** As **licitantes** que não atenderem às exigências de habilitação parcial no SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências.

**14.2.** As **licitantes** deverão complementar os documentos de habilitação referidos no subitem anterior, relativos à:

### **14.2.1. Regularidade Trabalhista**

- a) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou certidão positiva com efeitos de negativa.

### **14.2.2. Qualificação Econômico-Financeira**

a) Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da **licitante**, ou comprovação, por certificação do juízo falimentar competente, de que a **licitante** possui plano de recuperação judicial deferido e homologado judicialmente, nos termos do art. 58, da Lei nº 11.101/2005, estando apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento do contrato;

b) Comprovação de que possui patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor da contratação, mediante apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, quando qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), informados pelo Sicafe, for igual ou inferior a 1.

#### **14.2.3. Qualificação Técnica**

a) Não se exigirá que a **licitante** apresente documento que comprove qualificação técnica.

**14.3.** A **licitante** obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo de sua habilitação.

**14.4.** O **Pregoeiro** verificará eventual enquadramento nas vedações elencadas no item 3 – Da Participação na Licitação, mediante consulta ao:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

c) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico [www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis).

**14.5.** As consultas previstas no subitem anterior realizar-se-ão em nome da sociedade empresária **licitante** e de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**14.6.** O enquadramento da **licitante** em qualquer das hipóteses do subitem 3.2 acarretará, como consequência, a inabilitação da **licitante**.

**14.7.** A **licitante** deverá comprovar que sua atividade empresarial se relaciona ao objeto desta licitação mediante apresentação de seu ato constitutivo, ou outro documento hábil, além de informar o nome e CPF de seu administrador e/ou sócio majoritário, salvo se tal informação já constar no SICAF.

**14.8.** Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**14.9.** A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**14.10.** Para fins de habilitação, o **Pregoeiro** poderá obter certidões de órgãos ou entidades emissoras de certidões por sítios oficiais.

**14.11.** Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

**14.12.** Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**14.13.** Os documentos que não apresentarem data de validade serão considerados válidos para este certame pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados de sua emissão.

**14.14.** Será inabilitada a **licitante** que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

**14.15.** No caso de inabilitação, o **Pregoeiro** retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**14.16.** Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a **licitante** será declarada vencedora.

### **15. DO RECURSO**

**15.1.** Declarada a vencedora, o **Pregoeiro** abrirá prazo de 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer **licitante** poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

**15.1.1.** A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o **Pregoeiro** a adjudicar o objeto à **licitante vencedora**.

**15.1.2.** O **Pregoeiro** examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

**15.1.3.** A **licitante** que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais **licitantes**, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

**15.1.4.** Não serão acolhidos os recursos cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais.

**15.1.5.** O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**15.2.** Caberá as **licitantes**, encerrada a etapa de lances, a consulta regular ao sistema "Comprasnet" a fim de verificar se foi declarada a vencedora e se está aberta a opção para a interposição de recurso.

**15.3.** Caso admitido, o recurso será decidido pelo Secretário-Geral.

### **16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**16.1.** O objeto deste **Pregão** será adjudicado pelo **Pregoeiro**, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá a autoridade competente para homologação.

**16.2.** A homologação deste **Pregão** compete ao Secretário-Geral do Tribunal de Justiça de Roraima.

**16.3.** O objeto deste **Pregão** será adjudicado globalmente à **licitante vencedora**.

**16.4.** Após a homologação do certame, o **licitante** vencedor deverá providenciar, no prazo de 03 (três) dias úteis, solicitação de credenciamento de usuário externo, no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, instituído pela Resolução TJRR nº 029/2016 e regulamentado Portaria TJRR nº 1650/2016.

**16.4.1.** A solicitação de credenciamento será realizada no sítio [www.tjrr.jus.br](http://www.tjrr.jus.br).

**16.4.2.** A não solicitação de credenciamento dentro do prazo estabelecido poderá ocasionar na aplicação das Sanções Administrativas dispostas no item 18.1.

### **17. DO CADASTRO RESERVA**

**17.1.** Antes da homologação do certame será realizada consulta as **licitantes** interessadas, conforme a ordem de classificação, em reduzir seus preços ao valor da proposta vencedora, a fim de integrar o cadastro de reserva da ata de registro de preços.

**17.2.** Na hipótese de eventual contratação de **licitante** integrante do cadastro reserva, em razão de não assinatura da ata pelo adjudicatário ou do cancelamento do registro do detentor da ata, será verificada as condições e exigências do edital e seus anexos, além da observância do teor da ata da sessão pública e da proposta vencedora da licitação.

**17.2.1.** A verificação, neste caso, das condições, exigências e demais procedimentos para contratação do remanescente integrante do cadastro reserva, será realizada pela Secretaria de Gestão Administrativa.

**18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**18.1.** A **licitante** será sancionada com o impedimento de licitar e contratar no âmbito do Estado de Roraima pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 7.º da Lei n.º 10.520/02, sem prejuízo da aplicação de multa e demais cominações legais, nos seguintes casos:

- a) não celebrar contrato;
- b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida no certame;
- c) ensejar o retardamento da execução do seu objeto;
- d) não mantiver proposta;
- e) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo;
- g) cometer fraude fiscal;

**18.2.** Para os fins da alínea "f" do subitem anterior, reputar-se-ão inidôneos atos de faz declaração falsa, bem como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n.º 8.666/93.

**18.3.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços ou o contrato, dentro do prazo estabelecido no edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida em não manter a sua proposta, sujeitando-o ao pagamento de multa compensatória de 15% (quinze por cento) incidente sobre o valor da obrigação assumida no certame, nos termos dos arts. 81 e 87, II, da Lei 8.666/93 e do art. 1.º, IV, da Portaria GP/TJRR n.º 306/2014, sem prejuízo da aplicação da penalidade prevista na letra "d" do subitem 18.1.

**18.3.1.** Será devida pelo Contratado apenas a multa moratória prevista no art. 86 da Lei n.º 8.666/93 e no art. 1.º, I e II, da Portaria GP/TJRR n.º 306/2014, a contar do término do prazo estabelecido no edital até a efetiva assinatura da ata de registro de preços ou do contrato, exceto se a demora não colocar em risco aspectos de conveniência e oportunidade administrativa no registro de preços, da seguinte forma:

- a) a multa será calculada no percentual de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor do item ou serviço em mora, por dia de atraso, até o limite de 30 (trinta) dias.
- b) a multa será de 10% (dez por cento) com acréscimo de 0,13% (treze décimos por cento) ao dia, incidente a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, sobre o valor do item ou serviço em mora, na hipótese de atraso por período superior ao previsto no inciso I, limitado em até 60 (sessenta) dias.

**18.4.** A **licitante** poderá sofrer a penalidade de advertência prevista no inciso I, do art. 87, da Lei n.º 8.666/93, em casos de falhas na execução do objeto que não acarretarem prejuízos significativos ao TJRR.

**18.5.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**18.6.** A aplicação das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei Estadual n.º 418/2004.

**18.7.** As penalidades serão registradas no SICAF e inseridas no *site* do Tribunal de Justiça.

**19. DO REGISTRO DE PREÇOS**

**19.1.** Homologado o resultado da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da data de sua convocação, para assinar a ata de registro de preços, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízos das sanções previstas neste edital.

**19.2.** O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da ata de registro de preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela **licitante** vencedora, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração.

**19.3.** O não comparecimento ou recusa injustificada do **fornecedor** em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido, ensejará a aplicação das penalidades previstas no edital.

**19.4.** Na hipótese de não assinatura da ata de registro de preços pelo adjudicatário, as **licitantes** remanescentes poderão ser convocadas para fornecer o objeto, observando-se o procedimento legal, as condições fixadas neste Edital e na sua respectiva proposta comercial.

**19.4.1.** As **licitantes** remanescentes que não aceitarem o fornecimento do bem ou serviço no preço ofertado pela primeira colocada/adjudicatário não sofrerão sanção administrativa por esse motivo.

**19.5.** A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento pelo detentor da ata nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

**19.5.1.** Serão registrados na ata os preços e quantitativos da **licitante** mais bem classificada durante a fase competitiva.

**19.5.2.** Será incluído, na respectiva ata na forma de anexo, o registro das **licitantes** que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos da **licitante** vencedora na sequência da classificação do certame.

**19.5.3.** A ordem de classificação das **licitantes** registradas na ata deverá ser respeitada nas contratações.

**19.6.** O detentor da ata deve manter, durante o prazo de validade da ata de registro de preços, as mesmas condições de habilitação sob pena de ter seu registro cancelado.

**19.7.** Os preços registrados terão prazo de validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação.

**19.8.** O preço registrado e os respectivos **fornecedores** serão divulgados no Diário da Justiça Eletrônico, assim como disponibilizados pelo TJRR, através de meio informatizado de consulta, durante a vigência da ata de registro de preços.

**19.9.** Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo à Secretaria de Gestão Administrativa promover as negociações junto aos **fornecedores**, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II, do caput do art. 65, da Lei n.º 8.666, de 1993.

**19.10.** Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o TJRR convocará os **fornecedores** para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

**19.10.1.** Os **fornecedores** que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

**19.10.2.** A ordem de classificação dos **fornecedores** que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

**19.11.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o **fornecedor** não puder cumprir o compromisso, a administração poderá:

- a) liberar o **fornecedor** do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- b) convocar os demais **fornecedores** para assegurar igual oportunidade de negociação.

**19.12.** Não havendo êxito nas negociações, o TJRR deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**19.13.** O registro do **fornecedor** será cancelado quando:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;

- b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV, do caput do art. 87, da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002; ou
- e) o detentor da ata não manter, durante o prazo de validade da ata de registro de preços, as mesmas condições de habilitação.

**19.14.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nas letras "a", "b", "d" e "e" do subitem anterior, será formalizado por decisão devidamente fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**19.15.** O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, por razão de interesse público ou a pedido do **fornecedor**.

**19.16.** A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao **fornecedor** registrado em igualdade de condições.

**19.17.** A ata de registro de preços, durante sua vigência, desde que devidamente justificada a vantagem, poderá ser utilizada por órgão ou entidade da administração pública estadual ou municipal que não tenha participado do certame licitatório.

**19.17.1.** Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o TJRR sobre a possibilidade de adesão.

**19.17.2.** Caberá ao **fornecedor** beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o TJRR.

**19.17.3.** As adesões não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços e, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

**19.17.4.** Compete ao órgão não participante, na hipótese de adesão:

- a) efetivar a aquisição ou contratação do objeto registrado em até noventa dias;
- b) praticar os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo **fornecedor** das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao TJRR.

**19.17.5.** É vedada a adesão da ata de registro de preços do TJRR pelos órgãos e entidades da administração pública federal.

## 20. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

**20.1.** Depois de assinada a Ata de Registro de Preços, o **fornecedor** beneficiário poderá ser convocado, a qualquer tempo durante sua vigência, para assinatura do contrato, dentro do prazo de 3 (três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital

**20.1.1.** Poderá ser acrescentada ao contrato a ser assinado qualquer vantagem apresentada pelo **fornecedor** registrado em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.

**20.2.** Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se o detentor da ata de registro de preços mantém as condições de habilitação.

**20.2.1.** Aplica-se a mesma regra as **licitantes** remanescentes para verificação das condições de habilitação antes de eventual contratação.

**20.3.** As condições de pagamento e outras obrigações estão previstas no Termo de Referência e na Minuta de Contrato - Anexos I e V do edital.

## 21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**21.1.** Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Sistema Comprasnet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão estas últimas.

**21.2.** O acompanhamento e a fiscalização da ata de registro de preços serão exercidos por um representante da Administração especialmente designado pela Secretaria Demandante.

**21.3.** É facultado ao **Pregoeiro** ou Autoridade Superior, em qualquer fase deste procedimento licitatório, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

**21.4.** No julgamento das propostas e da habilitação, o **Pregoeiro** poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**21.5.** Este edital estará à disposição dos interessados, pela Internet, nos endereços [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e [www.tjrr.jus.br](http://www.tjrr.jus.br) (menu "licitações"), será publicado na forma da lei, e deverá ser lido e interpretado na íntegra, não sendo aceitas alegações de desconhecimento após a entrega da proposta.

**21.6.** O Tribunal de Justiça do Estado de Roraima poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art.49 da Lei Federal nº 8.666/93.

**21.7.** Não serão aceitos protocolos de entrega de solicitação de documentos, em substituição aos documentos exigidos pelo presente edital e seus anexos.

**21.8.** A **licitante**, caso seja vencedora, manterá preposto, aceito pelo TJRR, durante o período de vigência da Ata, para representá-la administrativamente sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado, no ato da assinatura da Ata, mediante declaração em que deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, endereço de e-mail e número de telefone válidos para o recebimento de informações e notificações, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

**21.9.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**21.10.** As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**21.11.** São partes integrantes deste edital independente de transcrição: o Termo de Referência (Anexo I), Modelo de apresentação de proposta de preços detalhada após o encerramento dos lances (Anexo II), Modelo de Declaração Antinepotismo (Anexo III), Minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo IV) e Minuta de Contrato (Anexo V).

**21.12.** Os casos omissos serão solucionados pela Secretaria-Geral.

Boa Vista-RR, 01 de março de 2018.

HENRIQUE DE MELO TAVARES

Subsecretário de Compras

## ANEXO I

**FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL NAS MODALIDADES LOCAL (VC1), COM INTERNET MÓVEL ILIMITADA (3G/4G) E COM OS RESPECTIVOS SIMCARDS 3G/4G**

**1. INTRODUÇÃO**

1.1. A lei nº 10.520/02, que instituiu a licitação na modalidade pregão, estabelece, em seu art. 3º, que a definição precisa, suficiente e clara do objeto por meio de Termo de Referência constitui fase preparatória para o Pregão.

1.2. Assim, o presente instrumento engloba o conjunto de elementos necessários e suficientes para caracterizar o objeto, tendo sido elaborado com base nas informações apresentadas no procedimento administrativo SEI nº 0007653-40.2016.8.23.8000.

1.3. O objeto deste instrumento será adquirido pelo sistema de registro de preços que consiste em um arquivo de preços de bens e serviços selecionados mediante licitação, utilizáveis, sempre que necessário, pela Administração.

1.4. A contratação pretendida deverá observar, ainda, o disposto nas Resoluções TP nº 026/2006 e 008/2015, que instituem, respectivamente, a licitação na modalidade Pregão e o Sistema de Registro de Preços no âmbito desta Corte de Justiça, bem como a Lei 10.520/02 e, subsidiariamente, no que couber, os dispostos na Lei 8.666/93.

**2. OBJETO**

2.1. O presente instrumento tem por objeto a Formação de Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada em telecomunicações, que possua outorga da ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações para prestação de serviço, de natureza continuada, de Telefonia Móvel Pessoal (SMP), na modalidade LOCAL (VC1), com internet móvel ilimitada (3G/4G) e com os respectivos SIMCARDS 3G/4G, com a disponibilização das estações móveis (aparelhos) em regime de COMODATO para atender às necessidades do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.

2.2. Para fins de adequação ao disposto na lei nº 10.520/02, consideram-se os serviços em tela como comuns, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

**3. FINALIDADE/JUSTIFICATIVA**

3.1. Serviço Móvel Pessoal – SMP é o serviço de telecomunicações móvel terrestre de interesse coletivo que possibilita a comunicação entre Estações Móveis e de Estações Móveis para outras estações. O SMP é caracterizado por possibilitar a comunicação entre estações de uma mesma Área de Registro do SMP ou acesso a redes de telecomunicações de interesse coletivo.

3.2. A contratação em tela justifica-se em razão da necessidade de proporcionar comunicação ágil e direta ao Poder Judiciário do Estado de Roraima, auxiliando, especialmente, nos Plantões da Vara da Justiça Itinerante, Justiça Móvel, Justiça no Trânsito, Plantões Judiciários de 1ª e 2ª instâncias, Oficiais de Justiça, Assessoria Militar, PROJUDI, além de contribuir nos serviços administrativos.

3.3. Neste sentido, a contratação em tela tem por finalidade de agilizar e viabilizar o **Serviço de Intimação, Citação Online**, garantir a prestação contínua dos serviços de telefonia móvel para atender às necessidades do Poder Judiciário do Estado de Roraima.

3.4. Correspondência com o Planejamento Estratégico ou Normativo Interno

3.4.1. A contratação em tela está alinhada com os seguintes objetivos e Metas:

- a. Disponibilizar infraestrutura compatível a prestação jurisdicional excelente e ágil, por meio da priorização das unidades judiciais;
- b. Buscar excelência na prestação do serviço jurisdicional; Gerenciar o ingresso de processos judiciais e o aumento da demanda;
- c. Aprimorar o acesso à justiça;
- d. Aproximar o Poder Judiciário dos seus públicos de interesse;
- e. Virtualizar 100% das unidades;
- f. Aumentar o número de ações executadas com impacto direto na atividade judicial; e
- g. Manter equilibrado o tempo médio de tramitação dos feitos (em dias), desde a distribuição até a sentença.

**4. ESPECIFICAÇÃO**

**4.1. Especificação dos serviços.**

4.1.1. O objeto deverá ser executado em conformidade com as especificações constantes deste instrumento, mediante execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.

4.1.2. O serviço de telefonia móvel pessoal (SMP), na modalidade local VC1, compreende:

- a. Chamadas VC1 Móvel/Móvel (Mesma Operadora) – Para chamadas originadas e terminadas na área de mobilidade do assinante. Chamadas destinadas a assinantes do Serviço Móvel Pessoal da mesma operadora;
- b. Chamadas VC1 Intragrupo – Para chamadas originadas e terminadas na área de mobilidade do assinante. Chamadas destinadas a assinantes do SMP, pertencentes ao Plano Contratado, terão seu custo já incluso na proposta, independente do consumo;
- c. Chamadas VC1 Móvel/Fixo – Para chamadas originadas e terminadas na área de mobilidade do assinante. Chamadas destinadas a assinantes do serviço de telefonia fixo comutado; e
- d. Chamadas VC1 Móvel/Móvel (Outras Operadoras) – Para chamadas originadas e terminadas na área de mobilidade do assinante. Chamadas destinadas a assinantes do Serviço Móvel Pessoal de outras operadoras.

4.1.3. Critérios para originar e receber chamadas:

- a. Dentro da Área de Mobilidade:
  - i. O usuário poderá receber chamadas locais, nacionais e internacionais, sem restrições; e
  - ii. O usuário poderá originar chamadas locais dentro da área de registro do tipo VC1.
- b. Fora da Área de Mobilidade:
  - i. Em havendo chamada interurbana da qual não fazem parte do objeto contratado, o TJRR efetuará o pagamento conforme tabela utilizada pela contrata no momento da ligação.

4.1.4. O objeto inclui, ainda, fornecimento de 200 (duzentas) assinaturas mensais:

- a. 100 (cem) estações móveis (aparelhos) com Simcards em **regime de comodato**, conforme especificações no Anexo I - Especificações Técnicas;

- b. 100 (cem) cartões SIM card (tipo trio), para atendimento dos tablets já adquiridos por esta Corte, conforme especificações no Anexo I - Especificações Técnicas;
- c. Serviço de acesso a internet com tecnologia 4G. Nas localidades em que não houver "cobertura 4G", o serviço poderá ser prestado com tecnologias 3G/GSM/GRPS/EDGE, para o celular e/ou chip contratado; e
- d. Comunicação de dados para celular/linha ou chips SIM Card, mínimo de 5Gb para cada.

4.1.5. O **Serviço de tarifa zero intragrupo** corresponde a ligações com custo zero entre os códigos de acesso do CONTRATANTE objeto deste instrumento e previamente definidos, de mesmo código de área e estando na mesma área de registro (VC1 M/M – em grupo), efetuadas na modalidade VC (móvel-móvel), em todos os dias da semana e em qualquer horário.

4.1.6. A CONTRATADA deverá fornecer ferramenta de **gestão on-line** para configuração dos serviços, bloqueio, controle de consumo e outros.

4.1.7. A CONTRATADA deverá fornecer ferramenta *on-line*, via internet, que permita a consulta do fiscal do contrato a minutagem utilizada para as chamadas a serem faturadas por código de acesso.

#### 4.2. Disponibilidade dos serviços.

4.2.1. O serviço deverá estar disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, todos os dias do ano.

4.2.2. O serviço será considerado indisponível quando não for possível completar ligações a partir de qualquer das estações móveis (aparelhos) por mais de uma hora.

4.2.3. Não serão consideradas indisponibilidades as interrupções programadas e aquelas de responsabilidade do CONTRATANTE.

4.2.4. Na ocorrência de indisponibilidade dos serviços, o prazo máximo para reparo/restabelecimento será de 08 (oito) horas.

4.2.5. A indisponibilidade será contada a partir da notificação da FISCALIZAÇÃO sobre a ocorrência de interrupção até o restabelecimento dos serviços às condições normais de operação.

4.2.6. Para efeito de descontos, o tempo de indisponibilidade deverá ser considerado entre o início da indisponibilidade e a sua total recuperação.

4.2.7. No caso de indisponibilidade reincidente num período inferior a 8 (oito) horas, contado a partir do restabelecimento do circuito da última indisponibilidade, será considerado como tempo de indisponibilidade do serviço o início da primeira indisponibilidade até o final da última indisponibilidade, quando o serviço estiver totalmente operacional.

4.2.8. Deverão ser efetuados testes de verificação de qualidade do serviço, pela concessionária do serviço, sempre que houver solicitação da FISCALIZAÇÃO, sem custos adicionais.

4.2.9. A Central de Assistência Técnica da Concessionária será dotada de telefone com discagem gratuita (DDG) e estará à disposição do CONTRATANTE para recebimento de reclamações no período de 24 horas por dia, 7 dias por semana, todos os dias do ano.

4.2.10. Os serviços de assistência técnica serão realizados em qualquer horário, 7 (sete) dias por semana. Em caso de impedimento ao acesso de técnicos ao local da ocorrência, que seja de responsabilidade do CONTRATANTE, o tempo em que o técnico da concessionária permanecer impedido de realizar a manutenção será subtraído do prazo de reparo.

4.2.11. Interrupções programadas para manutenções preventivas deverão ser informadas com antecedência de, no mínimo, 3 (três) dias úteis à FISCALIZAÇÃO para que seja acordado o horário e a data apropriada.

#### 4.3. Das Linhas Telefônicas.

4.3.1. A CONTRATADA prestará serviço de telefonia móvel ao Tribunal de Justiça do Estado de Roraima em um Plano Básico ou Alternativo de Serviço, que atenda ao perfil de tráfego informado, em **todas linhas telefônicas e cartões habilitados**.

4.3.2. Não será cobrada qualquer taxa referente a habilitação das linhas.

4.3.3. Atualmente esta Corte utiliza 15 (quinze) linhas telefônicas.

4.3.4. Conforme dispõe o **Regulamento Geral de Portabilidade**, aprovado pela Resolução 460/2007 ANATEL, a empresa CONTRATADA deverá manter os atuais números das 15 (quinze) linhas já em operação, efetuando a portabilidade das referidas linhas, cujas informações necessárias para o referido processo serão disponibilizadas após a contratação. As demais linhas deverão receber números novos da operadora CONTRATANTE.

4.3.5. Não será cobrada qualquer taxa referente à portabilidade dos Códigos de Acesso de Usuário já existentes, conforme permissivo legal disposto no art. 14, §4º, do Regulamento Geral de Portabilidade.

4.3.6. Além da portabilidade das 15 linhas existentes, a CONTRATADA deverá fornecer e habilitar em conjunto 200 linhas telefônicas, substituindo assim as 15 linhas sem aumentar a quantidade de assinaturas, sendo que deverão ser habilitadas na forma prevista neste instrumento.

4.4. Do sistema de controle de chamadas, gastos e do pagamento da fatura, a CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE o serviço de gerenciamento via rede mundial de computadores (internet), possibilitando o bloqueio e desbloqueio de serviços e acompanhamento dos gastos das linhas contratadas sem custo, ou, como seu custo já incluso na proposta da licitante, deve este sistema permitir que o gestor do contrato faça entre outras ações as seguintes:

- a. Faça o bloqueio de ligações: só para o grupo, só local e interurbano, internacional;
- b. Faça lista de ligações autorizadas e não autorizadas;
- c. Faça o controle de chamadas a cobrar;
- d. Faça o controle de consumo; e
- e. Faça o controle de Horários.

4.4.1. O sistema deve permitir o bloqueio individualizado, por aparelho de chamadas 102, 0300, 0500, 0900, DLC, DDC e DDI. Todas as linhas habilitadas deverão estar como os serviços de acesso à internet e downloads desbloqueados, exceto a pedido da CONTRATANTE.

#### 4.5. Dos Aparelhos e SIM Card a Serem Fornecidos.

4.5.1. A habilitação das linhas deverá ser executada nos aparelhos existentes da CONTRATADA e nos novos de acordo com a demanda solicitada.

4.5.2. A quantidade inicial de aparelhos a serem fornecidos conforme a demanda necessária, os quais deverão ser novos.

4.5.3. Os modelos dos aparelhos básicos para SMP deverão estar em linha de produção ativa e possuir características **equivalentes ou superiores** aos indicados no Anexo I - Especificações Técnicas.

4.5.4. Certificado de garantia mínima de 1 (um) ano.

4.5.5. Os modelos dos aparelhos ofertados ficarão condicionados a previa aprovação do TJRR.

4.5.6. Os aparelhos serão fornecidos em regime de comodato, o prazo de garantia será contado a partir da data da entrega, sendo que não poderá ser inferior a 01 ano, conforme características mínimas aqui especificadas, e em conformidade com a Lei Geral das Telecomunicações e demais normas regulamentadoras emitidas pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL e de acordo com as especificações constantes deste instrumento para atender à demanda do TJRR;

4.5.7. SimCard (tipo trio), habilitados ou prontos a serem habilitados.

#### 4.6. Da Garantia.

4.6.1. Os aparelhos disponibilizados em comodato deverão ter garantia mínima de 1 (um) ano.

4.6.2. No ato da entrega dos aparelhos, a CONTRATADA deverá apresentar o Termo de Garantia do Fabricante dos aparelhos celulares, com indicação da assistência técnica capacitada a reparar ou substituir os aparelhos celulares que apresentarem defeito.

4.6.3. Ao haver problema em qualquer dos aparelhos celulares fornecidos pela CONTRATADA, o Fiscal do CONTRATANTE encaminhará o referido equipamento para a assistência técnica indicada pelo Preposto da CONTRATADA. Após avaliação, a assistência técnica emitirá relatório informando se o problema foi por mau uso ou problema técnico. Na segunda hipótese, a assistência técnica corrigirá o problema e o encaminhará para o CONTRATANTE, sem ônus para o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, tendo em vista ainda estar no período de garantia. Na primeira hipótese, a assistência técnica devolverá o equipamento para o CONTRATANTE sem conserto e Este providenciará o conserto ou fará aquisição de outro aparelho de celular.

4.6.4. Na hipótese de perda, furto ou roubo de aparelho celular, a CONTRATADA deverá repor o aparelho, a pedido do CONTRATANTE, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis e o valor do mesmo será cobrado na próxima fatura da respectiva linha, com vistas ao seu ressarcimento. Nestes casos o valor do aparelho deverá ser estabelecido com base no valor da nota fiscal.

#### 4.7. Do Perfil de Tráfego.

4.7.1. O Perfil de Tráfego apresentado abaixo corresponde a média mensal estimada, em minutos, das ligações telefônicas efetuadas, em unidades de serviços e servirá de subsídio para avaliação de custo:

Item	Descrição	Und	Qtde Real	Reserva Técnica	Qtde Mensal	Qtde Anual
01	Assinatura básica	Und	140	60	200	2.400
02	Gestor <i>On-line</i>	Und	140	60	200	2.400
03	Comunicação intra grupo	Und	140	60	200	2.400
04	Pacote de Dados Ilimitado 5 Gb	Und	140	60	200	2.400
05	Valor de Comunicação VC-1 mesma operadora	Min	100	60	32.000	384.000
06	Valor de Comunicação VC-1 outras operadoras	Min	80	40	24.000	288.000
07	Valor de Comunicação VC-1 acesso fixo	Min	80	40	24.000	288.000
08	Mensagem de Texto Nacional (SMS)	Und	07	03	2.000	24.000

\* para efeito dos cálculos.

\*1. Nos itens de 1 a 4, na coluna Und, usa-se a unidade de medida **unidade**; utiliza-se somatórias e multiplicação entre as colunas e quantidade de meses para se chegar ao anual.

\*2. Nos itens 5 a 7, na coluna Und, usa-se a unidade de medida **minutos**; utiliza-se somatórias e multiplicação entre as colunas e quantidade de meses para se chegar ao anual. (leva-se em conta a quantidade de assinaturas).

\*3. No item 8, na coluna Und, usa-se a unidade de medida **unidade**; utiliza-se somatórias e multiplicação entre as colunas e quantidade de meses para se chegar ao anual. (leva-se em conta a quantidade de assinaturas).

4.7.2. As franquias mensais de ligações locais serão compartilhadas para todos os códigos de acessos.

4.7.3. O perfil de tráfego constante nos quadros acima, em decorrência de sua natureza estimativa, servirá tão somente de referencial para as licitantes formularem suas propostas e posterior análise da proposta mais vantajosa após descontos para o CONTRATANTE.

4.7.4. Para fins de apresentação das propostas, as licitantes devem considerar que todas as ligações ocorrem nos horários correspondentes à tarifa normal.

4.7.5. O perfil indicado, no entanto, não se constitui em qualquer compromisso futuro para o TJRR.

4.7.6. Para estimar a quantidade real de aparelhos, os minutos em ligações e a quantidade de Gb a serem utilizados na internet, baseou-se no número de Oficiais de Justiça e cartórios, incluindo as comarcas.

#### 4.8. Dos preços das ligações telefônicas e das faturas.

4.8.1. Os preços das ligações telefônicas serão aqueles estimados conforme Anexo III - Planilha de Formação de Custos, podendo ser apresentado PLANO BÁSICO DE SERVIÇOS ou PLANO ALTERNATIVO por cada uma das licitantes, levando-se em conta, para efeito de apresentação das propostas, o perfil de tráfego desta Corte.

4.8.2. A PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS (Anexo III) deverá estar preenchida com os preços constantes do PLANO BÁSICO DE SERVIÇOS ou PLANO ALTERNATIVO da licitante.

4.8.3. A LICITANTE, levando em conta o perfil de tráfego e o horário informado por este Órgão (de 08h00min as 18h00min), oferecerá percentuais de descontos sobre o somatório do resultado obtido pela QUANTIDADE DE MINUTOS X PREÇO DAS LIGAÇÕES contidos no PLANO BÁSICO DE SERVIÇOS ou PLANO ALTERNATIVO DE SERVIÇOS.

4.8.4. Com base no valor ofertado para cada item e no valor correspondente no Plano de Serviços, será apurado o percentual de desconto respectivo (calculado de acordo com a fórmula matemática abaixo) que incidirá sobre os serviços definidos durante a vigência do contrato:

$$D = (1 - VPL/VPS) \times 100$$

D = Percentual de desconto

VPL = Valor do Item na Proposta do Licitante

VPS = Valor do Item no Plano de Serviços

4.8.5. Não será admitida proposta cujo percentual de desconto no valor ofertado seja igual a zero.

4.8.6. A proposta que não indicar o percentual de desconto será admitida como sendo este igual a zero, sendo a mesma desclassificada.

4.8.7. Durante todo o período contratual, o percentual de desconto constante na proposta da licitante vencedora incidirá sobre os preços dos serviços constantes do seu PLANO BÁSICO DE SERVIÇOS ou PLANO ALTERNATIVO, aprovados e divulgados pela ANATEL.

4.8.8. O percentual de desconto proposto levado em consideração para efeito de julgamento será de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo, nesse caso, o direito de durante o julgamento das propostas, pleitearem qualquer alteração para menos.

4.8.9. O TJRR poderá solicitar à empresa CONTRATADA, na vigência do contrato, o aumento do desconto ofertado sobre o seu Plano de Serviço, quando o ofertado na licitação mostrar-se desvantajoso para a Administração.

4.8.10. O valor unitário a ser cobrado para os minutos excedentes para ligações locais deverá ser o mesmo valor unitário da franquia contratada.

4.8.11. A cobrança do SMP, bem como a contestação de débitos pertinentes, no que couber, serão exigidos em conformidade com o previsto na Lei nº 8.666/93, Lei nº 9.472/97, Resolução nº 477, de 27 de agosto de 2007, e normas regulamentadoras - Critérios para Elaboração e Aplicação de Plano de Serviços na Prestação do SMP.

4.8.12. Os preços pactuados não poderão sofrer reajuste em periodicidade inferior a 12 (doze) meses. Após esse período o contrato poderá ser reajustado com base nos índices oficiais divulgados pela ANATEL.

4.8.13. As faturas deverão ser impressas de clara, inteligível, inviolável, ordenada e dentro de padrão uniforme em toda a área de prestação do serviço, com conteúdo de informação mínimo, nos termos em que dispuser a Agência Reguladora.

4.8.14. As faturas e/ou notas fiscais devem conter no mínimo, as seguintes informações:

- Identificação da CONTRATANTE;
- Número da Linha;
- Todas as ligações cobradas contendo: data, hora, minuto de início, duração da chamada, tipo de tarifação, valor, valor dos impostos e encargos incidentes; e
- Total cobrado do CONTRATANTE.

4.9. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, cabendo, contudo, na hipótese de opção por outro meio de contratação, assegurar ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

4.10. A inobservância de quaisquer das disposições anteriores implicará no não pagamento da despesa pelo Poder Judiciário.

## 5. PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA

5.1. O prazo de vigência da Ata será de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação.

5.2. O instrumento contratual será assinado no prazo de 3 (três) dias, nos termos do art. 64 da Lei 8.666/93.

5.3. Considerando que o objeto a ser contratado consiste em serviço de natureza continuada, o contrato poderá ter prazo de vigência de 12 (doze) meses, podendo se estender por mais de um exercício financeiro, prorrogável por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

5.4. No prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de assinatura do instrumento contratual, será encaminhado a CONTRATANTE o cronograma de entrega dos aparelhos e/ou chips e liberação dos serviços.

5.4.1. A CONTRATANTE terá 02 (dois) dias úteis para analisar o cronograma e aprovar.

5.4.2. A CONTRATADA obedecerá ao cronograma que constará a data de entrega dos aparelhos e chips, bem como, a liberação dos serviços.

5.5. O prazo de entrega será de no máximo **60 (sessenta) dias**, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento, conforme **Anexo II - Modelo de Ordem de Fornecimento**.

5.6. A empresa CONTRATADA entregará os aparelhos juntamente com a nota fiscal no prédio do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima na **Subsecretaria de Serviços Gerais**, Prédio Administrativo, Av. Ene Garcez, 1696, São Francisco, CEP 69.305-135, no horário de expediente (08h00min às 18:00h). Contatos (95) 3198-4118.

5.6.1. Eventual mudança de endereço de entrega dos materiais será informada prévia e oportunamente ao FORNECEDOR, sem que acarrete ônus ao CONTRATANTE.

5.7. Antes da entrega do material deverá ocorrer o Agendamento Prévio junto à **Subsecretaria de Serviços Gerais**, no horário de expediente supra informado, através do seguinte contato: (95) 3198-4118. Os custos gerados referentes as tentativas de entregas não agendadas previamente serão por conta do Fornecedor.

## 6. ORÇAMENTO ESTIMADO

6.1. Com base nas informações constantes do procedimento administrativo SEI nº 0007653-40.2016.8.23.8000, estima-se que o valor global da contratação em tela será de **R\$ 552.240,00** (quinhentos e cinquenta e dois mil duzentos e quarenta reais), conforme planilha de orçamento detalhado abaixo:

Item	Descrição	Und.	Quant. Anual	Valor Unitário Médio (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Assinatura Básica	Und.	2.400	20,00	48.000,00
2	Gestor On Line	Und	2.400	5,40	12.960,00
3	Comunicação Intra Grupo	Und	2.400	9,60	23.040,00
4	Pacote de Dados Ilimitado 5 Gb	Und	2.400	94,90	227.760,00
5	Valor de Comunicação 1 (VC-1) Mesma Operadora VC1MM	Min	384.000	0,30	115.200,00
6	Valor de Comunicação 1 (VC-1) Outra Operadora VC1MM	Min	288.000	0,30	86.400,00
7	Valor de Comunicação 1 (VC-1) Acesso Fixo VC1MF	Min	288.000	0,11	31.680,00
8	Mensagem de Texto Nacional (SMS)	Und	24.000	0,30	7.200,00
<b>VALOR GLOBAL ESTIMADO (R\$)</b>					<b>552.240,00</b>

6.2. O preço deverá abranger todos os impostos, taxas, fretes e demais encargos, assim como quaisquer atividades ou insumos necessários à execução do objeto, mesmo quando não expressamente indicados, não cabendo, posteriormente, quaisquer acréscimos previsíveis.

6.3. O orçamento indicado, no entanto, não se constitui em qualquer compromisso futuro para esta Corte de Justiça.

## 7. OBRIGAÇÕES

7.1. Durante a execução do objeto, a CONTRATADA deverá:

- Manter preposto, aceito pelo CONTRATANTE, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração onde deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional, contatos telefônicos e e-mail, se houver;
- O Preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas a faturas dos serviços prestados e outras questões referentes ao objeto contratado;
- Manter, durante a vigência da Ata/Contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar ao CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
- Possuir concessão ou autorização para prestar Serviço Telefônico Móvel Pessoal destinado ao uso público em geral;
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- Respeitar as normas aplicáveis à execução do objeto, em especial, à regulamentação da Anatel referente à qualidade dos serviços;
- Garantir sigilo e inviolabilidade das conversações, comunicações de dados ou mensagens, realizadas por meio dos serviços desta contratação;
- Fornecer serviço de Atendimento ao Cliente (SAC), 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante toda a vigência do contrato, por meio de chamada telefônica, sem nenhum ônus ao CONTRATANTE, a fim de que seja possível registrar reclamações sobre o funcionamento do serviço contratado, obter suporte técnico e esclarecimentos;
- Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa sobre o objeto contratado, não podendo transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento do serviço;

- k. A FISCALIZAÇÃO não aceitará a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para terceiros, exceto no caso de transferência de Contratos de Concessão ou de Permissão, ou de Termo de Autorização, devidamente aprovada pela Anatel;
- l. Responsabilizar-se pelas infrações à regulamentação aplicável, que consistirão em infrações contratuais quando comprometerem os serviços prestados a este Tribunal;
- m. Executar os serviços com o maior padrão de qualidade possível, sendo direito do CONTRATANTE exigir que serviços avaliados por ele como fora dos padrões de qualidade sejam refeitos;
- n. Manter sigilo, não reproduzindo, divulgando ou utilizando em benefício próprio, ou de terceiros, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do contrato;
- o. O detalhamento do consumo mensal das linhas celulares deverá ser consultada via WEB para controle da CONTRATANTE;
- p. Prestar suporte técnico integral 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana;
- q. Demonstrar, sempre que solicitado pelo TJRR, a comprovação do valor vigente dos preços na data da emissão das faturas de conta telefônica;
- r. Emitir e proceder à entrega das faturas em nome do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, de forma simultânea e com data de vencimento única no mês, no início de cada mês subsequente ao consumo, no mínimo 10 dias antes do vencimento, na Seção de protocolo do TJRR, Localizado na Praça do Centro Cívico, s/n - Centro, CEP 69.301-380, quando se fará o registro do horário e dia da entrega, para efeito de controle de prazo para pagamento;
- s. Disponibilizar de imediato ao TJRR, as segundas vias das faturas originais não entregues;
- t. Possibilitar ao TJRR transitar entre os Planos de Serviços oferecidos, conforme conveniência das partes, mediante aditamento contratual;
- u. Respeitar rigorosamente as normas da ANATEL e ABNT; e
- v. Exercer as demais obrigações previstas no instrumento contratual.

**7.2. São expressamente vedadas à CONTRATADA:**

- a. A veiculação de publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;
- b. A subcontratação para execução do objeto; e
- c. Nos termos do art. 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 07, de 18 de outubro de 2005, atualizada pela Resolução CNJ nº 229, de 22 de junho de 2016, é vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

**7.3. Durante a execução do objeto, o CONTRATANTE, deverá proceder conforme os casos abaixo:**

- a. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA ou por seu preposto;
- b. Efetuar o pagamento regular da nota fiscal, desde que o serviço correspondente seja recebido pelo fiscal e a Nota Fiscal esteja devidamente atestada;
- c. Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato;
- d. Comunicar oficialmente à CONTRATADA a interrupção da disponibilidade do serviço a fim de que esta restabeleça o serviço contratado;
- e. Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir que continuem a ser os mais vantajosos para o TJRR;
- f. Solicitar, sempre que julgar necessário, a comprovação dos valores cobrados nas faturas;
- g. Nomear um ou mais servidores para fazer a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços. Tal fiscalização não exclui nem reduz as responsabilidades da CONTRATADA em relação ao acordado; e
- h. Rejeitar formalmente e por escrito, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o Contrato. Para que esta rejeição seja considerada válida, bastará a comprovação de envio de notificação escrita ao preposto da CONTRATADA.

**7.4. Os serviços a serem executados deverão obedecer às seguintes regulamentações:**

- a. Especificações constantes deste Termo de Referência, do Edital e do Contrato;
- b. Lei nº 9.472, de 16/07/1997 - Lei Geral de Telecomunicações;
- c. Decreto nº 6.654, de 20/11/2008 - Plano Geral de Outorgas (PGO);
- d. Regulamento Sobre Exploração de Serviço Móvel Pessoal (SMP), aprovado pela Resolução nº 477/2007 da ANATEL;
- e. Regulamento Geral de Portabilidade, anexo à Resolução ANATEL nº 460/2007;
- f. Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;
- g. Demais normas emanadas pela ANATEL; e
- h. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das informações ora fornecidas deverão ser, antecipada e oportunamente, objeto de impugnações e não poderão constituir pretexto para a CONTRATADA pretender cobrar "serviços" extras e/ou alterar a composição de preços unitários. A CONTRATADA será considerada especializada nos serviços em questão e, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta, também, as complementações e acessórios por acaso omitidos nestas especificações técnicas, mas implícitos e necessários à perfeita prestação dos serviços.

**7.5. A CONTRATADA poderá interromper, total ou parcialmente, a execução dos trabalhos sempre que:**

- a. Assim estiver previsto e determinado no CONTRATO;
- b. For necessário para execução correta e fiel dos trabalhos, nos termos do CONTRATO e de acordo com as especificações técnicas;
- c. Houver influências atmosféricas sobre a qualidade ou a segurança dos trabalhos na forma prevista no CONTRATO;
- d. A FISCALIZAÇÃO assim o determinar ou autorizar por escrito;
- e. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta; e
- f. Entregar mensalmente à CONTRATANTE, a fatura consolidada e respectivo detalhamento dos serviços prestados, com discriminação das alíquotas dos impostos.

## **8. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

**8.1.** O acompanhamento e a fiscalização serão exercidos por um representante da Administração especialmente designado pela Secretaria Demandante.

**8.2.** O contrato com empresa com sede (matriz) fora do Estado de Roraima, mas que tenha filial local, será assinado com CNPJ da filial.

- 8.3. Ao Fiscal caberá a atestação das faturas referentes aos serviços prestados.
- 8.4. As providências que influenciarem na prestação dos serviços ao CONTRATANTE, como, por exemplo, interrupções para manutenção, deverão ser informadas ao Fiscal, com antecedência de, no mínimo, 3 (três) dias úteis.
- 8.5. Os casos não abordados serão definidos pela FISCALIZAÇÃO, de maneira a manter o padrão de qualidade previsto para os serviços.
- 8.6. A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente faturas detalhadas e separadas por linha telefônica, todas com vencimento único.
- 8.7. As faturas serão entregues com no mínimo 10 (dez) dias corridos de antecedência à data de vencimento.
- 8.8. O recebimento provisório será realizado em até 01 (um) dia útil, da data de entrega das faturas, mediante recibo, não configurando aceite.
- 8.9. Depois de comprovada a adequação do objeto ao contrato, será efetuado o recebimento definitivo, através de termo próprio, que será emitido em até 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, observando-se o prazo de vencimento das faturas.
- 8.10. O pagamento será realizado por meio de boleto bancário, conforme Resolução nº 477/2007 e nº 632/2014 da ANATEL.

## 9. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 9.1. O contrato poderá ser alterado de acordo com o interesse e a necessidade da administração, observando-se o disposto no artigo 65 da Lei n.º 8.666/93.
- 9.2. A Secretaria-Geral decidirá os casos omissos.

## ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Especificações do **Smartphone em comodato**, podendo ser superior a esses especificado;

### 1. Especificações Técnicas

#### 1.1. Hardware e Memória e Sistema Operacional:

- Processador 1.5 GHz
- Processador Octa Core, 2 processadores
- Chip set: 64 Bits
- RAM: 2 Gb
- Memória Interna: 32 Gb
- Memória Externa: Até 256 Gb microSD, microSDHC, microSDXC
- Sistema operacional: [Android 7.0 Nougat](#) ou superior.

#### 1.2. Tela

- Tipo: TFT LCD IPS
- Tamanho: 5.3" polegadas
- Resolução: 720 x 1280 pixels
- Cores: 16 milhões
- Caneta: **Não**

#### 1.3. Câmera Principal e Frontal

- Gravação de Vídeo: Full HD (1920 x 1080 pixels) 30 fps
- Resolução câmera principal: 4128 x 3096 pixels
- Flash: sim
- Foco Automático: sim
- Câmera frontal: 5 megapixels
- Resolução câmera frontal: 3264 x 2448 pixels

#### 1.4. Multimídia

- Formatos de vídeo: MP4, H.264, H.263, XviD, MKV
- Formatos de áudio: MP3, WAV, WMA, eAAC+, FLAC
- Rádio: FM com RDS

#### 1.5. Conectividade

- USB 2.0 Micro-B (Micro-USB)
- Saída para áudio: Plug 3.5mm P2
- Bluetooth: Versão 4.1 com A2DP
- GPS: A-GPS, GeoTagging, GLONASS

#### 1.6. Outras Características

- Tipo da bateria: Íons de Lítio – Removível, 3080 mAh
- Sensores: Acelerômetro, Proximidade, Bússola, Luminosidade e Biométrico (impressão digital)

#### 2. O Chip (Sim Card), tipo trio.

## ANEXO II - MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO

Empenho: \_\_\_\_\_

Procedimento Administrativo: \_\_\_\_\_

Empresa: \_\_\_\_\_

Ordem de Fornecimento N° \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Nos termos do Empenho \_\_\_\_\_ supracitado, solicitamos o fornecimento de \_\_\_\_\_, conforme orientações seguintes:

**ITENS SOLICITADOS**

Item	Descrição	Und.	Quant.	Local de Entrega
1		Und.		

Recebido Empresa	Recebido Provisório Fiscal	Recebido Definitivo Fiscal
Data:	Data:	Data:
Prazo de Entrega:		

Boa Vista, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

**ANEXO III - PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS**

Item	Descrição	Und.	Qtde Mensal estimada para as 200 linhas	Valor Unitário do Plano Básico	Desconto Ofertado (%)	Valor Médio Unitário Proposto (R\$)	Valor Médio Mensal (R\$)	Valor Médio Anual (R\$)
1	Assinatura Básica	Und.	200					
2	Gestor On Line	Und.	200					
3	Comunicação Intra Grupo	Und.	200					
4	Pacote de Dados Ilimitado 5 Gb	Und.	200					
5	Valor de Comunicação 1 (VC-1) Mesma Operadora VC1MM	Min	32.000					
6	Valor de Comunicação 1 (VC-1) Outra Operadora VC1MM	Min	24.000					
7	Valor de Comunicação 1 (VC-1) Acesso Fixo VC1MF	Min	24.000					
8	Mensagem de Texto Nacional (SMS)	Und.	2.000					
<b>VALOR GLOBAL ANUAL ESTIMADO (R\$)</b>								



Documento assinado eletronicamente por **ROGERIO DE LIMA BENTO, Técnico(a) Judiciário(a)**, em 22/02/2018, às 13:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.Portaria da Presidência - TJRR nº1650/2016.



Documento assinado eletronicamente por **CRESCENCIO DE BARROS SILVA, Fiscal Administrativo**, em 22/02/2018, às 13:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.Portaria da Presidência - TJRR nº1650/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjrr.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **0294177** e o código CRC **5126310D**.

**ANEXO II****MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS DETALHADA, APÓS O ENCERRAMENTO DOS LANCES****PREGÃO ELETRÔNICO n.º 002/2018.****Data do certame: 15/03/2018, às 10h30min.**

**Procedimento Administrativo n.º 0007653-40.2016.8.23.8000**

**OBJETO:** Formação de Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada em telecomunicações, que possua outorga da ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações para prestação de serviço, de natureza continuada, de Telefonia Móvel Pessoal (SMP), na modalidade LOCAL (VC1), com internet móvel ilimitada (3G/4G) e com os respectivos SIMCARDS 3G/4G, com a disponibilização das estações móveis (aparelhos) em regime de COMODATO para atender às necessidades do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.

Item	Descrição	Und.	Qtde Mensal estimada	Valor Unitário do Plano Básico	Desconto Ofertado (%)	Valor Unitário Orçado Pelo TJRR	Valor Unitário Proposto com desconto (R\$)	Valor Mensal Proposto (R\$)	Valor Anual Proposto (R\$)
1	Assinatura Básica	Und.	200			20,00			
2	Gestor On Line	Und.	200			5,40			
3	Comunicação Intra Grupo	Und.	200			9,60			
4	Pacote de Dados Ilimitado 5 Gb	Und.	200			94,90			
5	Valor de Comunicação 1 (VC-1) Mesma Operadora VC1MM	Min	32.000			0,30			
6	Valor de Comunicação 1 (VC-1) Outra Operadora VC1MM	Min	24.000			0,30			
7	Valor de Comunicação 1 (VC-1) Acesso Fixo VC1MF	Min	24.000			0,11			
8	Mensagem de Texto Nacional (SMS)	Und.	2.000			0,30			
<b>VALOR TOTAL PROPOSTO</b>									
<b>Obs: O valor máximo aceitável é de R\$ 552.240,00</b>									

**Razão Social:****Número do CNPJ:****Endereço Completo com CEP:****Fone/Fax/Celular:****E-mail:****Banco/Nome e nº. da Agência/Conta Corrente****Prazo de Validade da Proposta:****Local e Data:**


---

 nome e assinatura do representante legal

**ANEXO III**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO ANTINEPOTISMO**

**Ref.: Pregão Eletrônico n.º 002/2018**

a) Nos termos do art. 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 07, de 18 de outubro de 2005, atualizada pela Resolução CNJ nº 229, de 22 de junho de 2016, DECLARO não ter no quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

---

 Local e data

---

 Assinatura do Representante Legal

**ANEXO IV**  
**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**Ata de Registro de Preços N.º 000/0000****Procedimento Administrativo n.º 0007653-40.2016.8.23.8000****Pregão Eletrônico n.º 002/2018**

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RORAIMA DO ESTADO DE RORAIMA, com sede na Praça do Centro Cívico, sem número, Centro, na cidade de Boa Vista, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.º 34.812.669/0001-08, neste ato, representado(a) pelo(a) ...(cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria n.º ..... de ..... de ....., inscrito no CPF sob o n.º ..... Portador(a) da Carteira de Identidade n.º ....., considerando o julgamento da licitação na modalidade **Pregão**, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, em epígrafe, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e nas quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Resolução TJRR n.º 08/2015, na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, e no Decreto n.º 7.892/2013, observadas, ainda, as demais normas legais aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

## 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em telecomunicações, que possua outorga da ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações para prestação de serviço, de natureza continuada, de Telefonia Móvel Pessoal (SMP), na modalidade LOCAL (VC1), com internet móvel ilimitada (3G/4G) e com os respectivos SIMCARDS 3G/4G e via MICRO SIMCARDS (3G/4G), com a disponibilização das estações móveis (aparelhos) em regime de COMODATO para atender às necessidades do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.

## 2. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a contar de sua publicação, não podendo ser prorrogada.

2.2. O Edital do **Pregão** Eletrônico n.º 002/2018 e seus anexos são partes integrantes desta Ata, assim como a proposta vencedora e a ata da sessão pública do **Pregão** eletrônico, independente de transcrição.

2.3. Integram a Ata, como anexo, a relação das **licitantes** que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao da **licitante** vencedora do certame.

## 3. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. O(s) preço(s) registrado(s), as especificações do objeto, a(s) quantidade(s), **fornecedor(es)** e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

GRUPO 01					
EMPRESA:					
CNPJ:					
ENDEREÇO COMPLETO:					
REPRESENTANTE:					
TELEFONE:			E-MAIL:		
PRAZO DE ENTREGA:					
Item	Descrição	Und.	Qtd.	VALOR	
				Unitário	Total
01	Assinatura Básica	Und.	2.400		
02	Gestor On Line	Und.	2.400		
03	Comunicação Intra Grupo	Und.	2.400		
04	Pacote de Dados Ilimitado 5Gb	Und.	2.400		
05	Valor de Comunicação 1 (VC-1) Mesma Operadora VC1MM	Min	384.000		
06	Valor de Comunicação 1 (VC-1) Outra Operadora VC1MM	Min	288.000		
07	Valor de Comunicação 1 (VC-1) Acesso Fixo VC1MF	Min	288.000		
08	Mensagem de Texto Nacional (SMS)	Und.	24.000		

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Boa Vista - RR \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 0000.

## ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CADASTRO RESERVA	
Classificação	Licitante


**ANEXO V**  
**MINUTA DO CONTRATO Nº 005/2018**  
**Evento SEI 0295417**

Contrato de prestação de serviço, de natureza continuada, de Telefonia Móvel Pessoal (SMP), na modalidade LOCAL (VC1), com internet móvel ilimitada (3G/4G) e com os respectivos SIMCARDS USB/3G/4G, com a disponibilização das estações móveis (aparelhos) em regime de COMODATO, oriundo da Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_/2018 (Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2018), que entre si celebram o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima e a Empresa \_\_\_\_\_.

O **Tribunal de Justiça do Estado de Roraima**, situado na Praça do Centro Cívico, n.º 296, Centro, nesta cidade, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.º 34.812.669/0001-08, doravante denominado TJRR, neste ato representado por seu Secretário-Geral, **Elízio Ferreira de Melo**, casado, brasileiro, portador da Carteira de Identidade de n.º 173366, expedida pela SSP/RR, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 347.248.182-04, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.º \_\_\_\_\_, com sede localizada na Rua \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_-\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_, daqui por diante designada simplesmente **Contratada**, neste ato representada por seu representante legal, o Senhor \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, emitido pela SSP/\_\_\_\_\_, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas sob o n.º \_\_\_\_\_, resolvem celebrar este Contrato, referente à **prestação de serviço, de natureza continuada, de Telefonia Móvel Pessoal (SMP), na modalidade LOCAL (VC1), com internet móvel ilimitada (3G/4G) e com os respectivos SIMCARDS USB/3G/4G, com a disponibilização das estações móveis (aparelhos) em regime de COMODATO**, com base nos autos do Procedimento Administrativo SEI n.º 0007653-40.2016.8.23.8000, na Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_/2018 (Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2018) e nos preceitos da Lei n.º 10.520/02 e, subsidiariamente, no que couber, na Lei nº 8.666/93, e pelas Resoluções TP/TJRR n.º 26/06 e 08/15, aos quais as partes se obrigam mediante as condições estabelecidas nas cláusulas a seguir.

**Cláusula Primeira — Das Disposições Preliminares**

Este Contrato tem por objeto a **prestação de serviço, de natureza continuada, de Telefonia Móvel Pessoal (SMP), na modalidade LOCAL (VC1), com internet móvel ilimitada (3G/4G) e com os respectivos SIMCARDS USB/3G/4G, com a disponibilização das estações móveis (aparelhos) em regime de COMODATO**, para atender as necessidades de comunicação do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.

**Parágrafo único.** O objeto será executado em conformidade com as especificações constantes deste instrumento, do Termo de Referência n.º 07/2018 e da Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_/2018.

**Cláusula Segunda — Das Obrigações do TJRR**

Constituem deveres do **TJRR**:

- a. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA ou por seu preposto;
- b. Efetuar o pagamento regular da nota fiscal, desde que o serviço correspondente seja recebido pelo fiscal e a Nota Fiscal esteja devidamente atestada;
- c. Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato;
- d. Comunicar oficialmente à CONTRATADA a interrupção da disponibilidade do serviço a fim de que esta restabeleça o serviço contratado;
- e. Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir que continuem a ser os mais vantajosos para o TJRR;
- f. Solicitar, sempre que julgar necessário, a comprovação dos valores cobrados nas faturas;
- g. Nomear um ou mais servidores para fazer a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços. Tal fiscalização não exclui nem reduz as responsabilidades da CONTRATADA em relação ao acordado; e
- h. Rejeitar formalmente e por escrito, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o Contrato. Para que esta rejeição seja considerada válida, bastará a comprovação de envio de notificação escrita ao preposto da Contratada.

**Parágrafo único.** A fiscalização será exercida por um representante da Administração designado pela Secretaria Demandante, que deverá anotar todas as ocorrências, determinando o que for necessário para regularizar as falhas observadas, submetendo à Administração, em tempo hábil, o que ultrapassar sua atribuição, para que sejam adotadas as medidas cabíveis.

**Cláusula Terceira — Das Obrigações da Contratada**

Além de outros previstos neste Instrumento e na legislação pertinente, constituem deveres da **Contratada**:

- a. Manter preposto, aceito pelo CONTRATANTE, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração onde deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional, contatos telefônicos e e-mail, se houver;
- b. O Preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas a faturas dos serviços prestados e outras questões referentes ao objeto contratado;
- c. Manter, durante a vigência do Contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar ao CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
- d. Possuir concessão ou autorização para prestar Serviço Telefônico Móvel Pessoal destinado ao uso público em geral;
- e. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- f. Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- g. Respeitar as normas aplicáveis à execução do objeto, em especial, à regulamentação da Anatel referente à qualidade dos serviços;

- h. Garantir sigilo e inviolabilidade das conversações, comunicações de dados ou mensagens, realizadas por meio dos serviços desta contratação;
- i. Fornecer serviço de Atendimento ao Cliente (SAC), 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante toda a vigência do contrato, por meio de chamada telefônica, sem nenhum ônus ao CONTRATANTE, a fim de que seja possível registrar reclamações sobre o funcionamento do serviço contratado, obter suporte técnico e esclarecimentos;
- j. Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa sobre o objeto contratado, não podendo transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento do serviço;
- k. A FISCALIZAÇÃO não aceitará a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para terceiros, exceto no caso de transferência de Contratos de Concessão ou de Permissão, ou de Termo de Autorização, devidamente aprovada pela Anatel;
- l. Responsabilizar-se pelas infrações à regulamentação aplicável, que consistirão em infrações contratuais quando comprometerem os serviços prestados a este Tribunal;
- m. Executar os serviços com o maior padrão de qualidade possível, sendo direito do CONTRATANTE exigir que serviços avaliados por ele como fora dos padrões de qualidade sejam refeitos;
- n. Manter sigilo, não reproduzindo, divulgando ou utilizando em benefício próprio, ou de terceiros, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do contrato;
- o. O detalhamento do consumo mensal das linhas celulares deverá ser consultada via WEB para controle da Contratante;
- p. Prestar suporte técnico integral 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana;
- q. Demonstrar, sempre que solicitado pelo TJRR, a comprovação do valor vigente dos preços na data da emissão das faturas de conta telefônica;
- r. Emitir e proceder à entrega das faturas em nome do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, de forma simultânea e com data de vencimento única no mês, no início de cada mês subsequente ao consumo, no mínimo 10 dias antes do vencimento, na Seção de protocolo do TJRR, Localizado na Praça do Centro Cívico, s/n - Centro, CEP 69.301-380, quando se fará o registro do horário e dia da entrega, para efeito de controle de prazo para pagamento;
- s. Disponibilizar de imediato ao TJRR, as segundas vias das faturas originais não entregues;
- t. Possibilitar ao TJRR transitar entre os Planos de Serviços oferecidos, conforme conveniência das partes, mediante aditamento contratual;
- u. Respeitar rigorosamente as normas da ANATEL e ABNT; e
- v. Exercer as demais obrigações previstas no instrumento contratual.

**Parágrafo primeiro.** São expressamente vedadas à CONTRATADA:

- a. A veiculação de publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;
- b. A subcontratação para execução do objeto; e
- c. Nos termos do art. 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 07, de 18 de outubro de 2005, atualizada pela Resolução CNJ nº 229, de 22 de junho de 2016, é vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

**Parágrafo segundo.** Por meio do presente, a **Contratada** se vincula ao Instrumento Convocatório, ao Termo de Referência nº 07/2018 (Evento SEI nº 0294177), à Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_/2018 do Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2018 (Evento SEI nº 0000000) e a sua Proposta (Evento SEI nº 0000000), os quais passam a integrar este Contrato, independentemente de transcrição.

#### Cláusula Quarta — Dos Prazos

Este **Contrato** terá vigência de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

**Parágrafo primeiro.** O instrumento contratual será retirado no prazo de 03 (três) dias úteis, nos termos do art. 64 da Lei 8.666/93.

**Parágrafo segundo.** O prazo de entrega será de no máximo **60 (sessenta) dias**, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento, conforme **Anexo II - Modelo de Ordem de Fornecimento**, do Termo de Referência.

**Parágrafo terceiro.** A Contratada deverá entregar os aparelhos juntamente com a nota fiscal no prédio do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima na **Subsecretaria de Serviços Gerais**, Prédio Administrativo, Av. Ene Garcez, 1696, São Francisco, CEP 69.305-135, no horário de expediente (08h às 18h). Contatos (95) 3198-4118, mediante agendamento prévio, nos termos do item 5, do Termo de Referência.

#### Cláusula Quinta — Do Custeio

O valor global deste **Contrato** é estimado em **R\$ 00.000,00** (\_\_\_\_\_).

**Parágrafo primeiro.** O objeto deste contrato será custeado através do Programa de Trabalho nº 00.000.00.000.0000.0000 – \_\_\_\_\_, pela Rubrica item nº 0.0.00.00. – \_\_\_\_\_.

**Parágrafo segundo.** Foi reservada parcela do orçamento através da Nota de Empenho de n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_, emitida em 00/00/2000, no valor de R\$ 00.000,00 (\_\_\_\_\_).

**Parágrafo terceiro.** Em caso de prorrogação do contrato, os valores ofertados na proposta serão reajustados após 12 (doze) meses, a contar da apresentação da proposta, mediante a incidência do Índice de Serviços de Telecomunicações – IST, ou outro índice que o venha a substituir, na forma estabelecida pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL e mediante comprovação pela **Contratada** do percentual a ser aplicado.

#### Cláusula Sexta — Do Pagamento

A **Contratada** deverá apresentar mensalmente faturas detalhadas e separadas por linha telefônica, todas com vencimento único, com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos da data de vencimento.

**Parágrafo primeiro.** O recebimento provisório será realizado em até 01 (um) dia útil, da data de entrega das faturas, mediante recibo, não configurando aceite.

**Parágrafo segundo.** Depois de comprovada a adequação do objeto ao contrato, será efetuado o recebimento definitivo, através de termo próprio, que será emitido em até 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, observando-se o prazo de vencimento das faturas.

**Parágrafo terceiro.** O pagamento será realizado por meio de boleto bancário ou mediante apresentação de fatura (nota fiscal com código de barras), conforme Resoluções nº 477/2007 e nº 632/2017 da ANATEL.

**Parágrafo quarto.** Nos termos do art. 5º, §3º da Lei nº 8.666/93, os pagamentos de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II, do art. 24, da mesma lei, sem prejuízo do que dispõe o seu parágrafo único, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura.

**Parágrafo quinto.** A **Contratada** somente fará jus ao pagamento mediante demonstração do cumprimento dos encargos sociais e tributários porventura incidentes.

**Parágrafo sexto.** O atraso no pagamento decorrente de qualquer das circunstâncias descritas nesta cláusula não exime a **Contratada** do cumprimento de suas obrigações, principalmente do pagamento dos seus empregados nas datas regulares.

#### Cláusula Sétima — Das Sanções Administrativas

Com fundamento no art. 7º, da Lei nº 10.520/02, ficará impedida de licitar e contratar no âmbito do Estado de Roraima, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais, a **Contratada** que:

- a. Não celebrar contrato;
- b. Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- c. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- d. Não manter a proposta;
- e. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- f. Comportar-se de modo inidôneo; ou
- g. Cometer fraude fiscal.

**Parágrafo primeiro.** Para fins do disposto na alínea “f” do item anterior, reputar-se-ão inidôneos os atos de quem faz declaração falsa, bem como os descritos nos artigos 89 a 98, da Lei 8.666/93.

**Parágrafo segundo.** As multas previstas nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, serão calculadas na forma abaixo estabelecida:

- a. Multa moratória, prevista no art. 86 da Lei nº 8.666/93, será calculada no percentual de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor do item em mora, por dia de atraso, até o limite de 30 (trinta) dias;
- b. Multa de 10% (dez por cento) com acréscimo de 0,13% (treze décimos por cento) ao dia, incidente a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, sobre o valor em atraso, na hipótese de atraso por período superior ao previsto na alínea "a", limitado em até 60 (sessenta) dias;
- c. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente ao objeto contratado, desde que caracterizada a inexecução parcial; e
- d. Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da cobrança de multa moratória nos termos previstos nas alíneas acima.

**Parágrafo terceiro.** As multas previstas neste instrumento, que são independentes e acumuláveis, poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, que não poderão ser superiores ao valor contratado.

**Parágrafo quarto.** A **Contratada** poderá sofrer a penalidade de advertência prevista no inciso I, do art. 87, da Lei nº 8.666/93, em casos de falhas na execução do objeto que não acarretarem prejuízos significativos ao **TJRR**.

**Parágrafo quinto.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**Parágrafo sexto.** A aplicação das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei Estadual nº 418/2004.

**Parágrafo sétimo.** Toda penalidade aplicada será registrada no SICAF e inseridas no site do Tribunal de Justiça.

#### Cláusula Oitava — Rescisão Contratual

Sem prejuízo das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, este Contrato poderá ser rescindido, assegurada a concessão de contraditório e ampla defesa, se a **CONTRATADA**:

- a. descumprir qualquer condição deste Instrumento, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovado junto ao TJRR e impeditivo da execução deste Ajuste, nos termos do artigo 77 da Lei nº 8666/93;
- b. nas hipóteses previstas no artigo 78 da Lei 8666/93, com as consequências indicadas no artigo 80 da mesma Lei, sem prejuízo das aplicações previstas no Termo de Referência.

**Parágrafo Primeiro.** Em razão de interesse público devidamente justificado nos autos, o TJRR poderá rescindir o presente Contrato, sem ônus, antes do término de sua vigência, mediante comunicação prévia de no mínimo 30 dias.

**Parágrafo Segundo.** O Termo de Rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c. indenizações e multas porventura incidentes.

#### Cláusula Nona — Das Disposições Finais

Este instrumento será publicado nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

**Parágrafo primeiro.** O foro da Comarca de Boa Vista é competente para dirimir qualquer questão derivada deste **Contrato**.

**Parágrafo segundo.** Este **Contrato** poderá ser alterado de acordo com o interesse e a necessidade da administração, observando-se o disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e no art. 3º da Resolução nº 07 do Conselho Nacional de Justiça/CNJ.

**Parágrafo terceiro.** Da aplicação das penalidades definidas na cláusula oitava, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

**Parágrafo quarto.** Caso haja interposição de recurso de penalidade aplicada pela Secretaria de Gestão Administrativa, esta poderá reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir à Secretaria-Geral, devidamente informado.

**Parágrafo quinto.** Os casos omissos serão solucionados pela Secretaria-Geral.

E por estarem de acordo, as partes assinam este instrumento, via Procedimento SEI nº 0007653-40.2016.8.23.8000.

#### ANEXO I ITENS CONTRATADOS

Item	Descrição	Und.	Quant. Anual
1	Assinatura Básica	Und.	
2	Gestor On Line	Und	
3	Comunicação Intra Grupo	Und	
4	Pacote de Dados Ilimitado 5 Gb	Und	
5	Valor de Comunicação 1 (VC-1) Mesma Operadora VC1MM	Min	
6	Valor de Comunicação 1 (VC-1) Outra Operadora VC1MM	Min	

7	Valor de Comunicação 1 (VC-1) Acesso Fixo VC1MF	Min	
8	Mensagem de Texto Nacional (SMS)	Und	
VALOR GLOBAL ESTIMADO (R\$)			

## ANEXO II

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE PREPOSTO

Eu, (incluir o nome do representante), representante legal da empresa (incluir o nome do licitante), declaro, para os devidos fins, que a referida empresa se compromete a manter preposto, durante o prazo de vigência do contrato nº (incluir o número).

Nome do Preposto:

CPF:

RG:

Qualificação Profissional:

E-Mail:

Endereço:

Telefone/WhatsApp:

Boa Vista, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

## REPRESENTANTE DA CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **DIANE SOUZA DOS SANTOS, Subsecretário(a)**, em 23/02/2018, às 12:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Portaria da Presidência - TJRR nº1650/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjrr.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **0295417** e o código CRC **62AAADD0**.



Documento assinado eletronicamente por **HENRIQUE DE MELO TAVARES, Subsecretário(a)**, em 01/03/2018, às 09:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Portaria da Presidência - TJRR nº1650/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjrr.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **0298885** e o código CRC **F853615E**.